GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano
CONSELHO SUPERIOR
ATA DA 159ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Às dez horas do dia 08 de março de dois mil e vinte e um, na sala de Reuniões da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, sito à Av. Venezuela nº 110 – 5º andar, na Capital do Estado, sob a Presidência do Sr. Philipe Campello Costa Brondi da Silva Presidente do Instituto Estadual do Ambiente - Inea, que presidiu o Conselho Superior do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano – FECAM, em caráter extraordinário, substituindo o Presidente do Conselho Sr, Thiago Pampolha Gonçalves, Secretário Estadual do Ambiente e Sustentabilidade, por motivo de agenda externa. Estavam presentes os Conselheiros: **Andrea Cristina Galhego Figueiredo Lopes**, representante suplente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – Firjan, o Conselheiro **Jorge Peron Mendes** titular da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – Firjan, o Conselheiro **Helan Nogueira da Silva**, representante da Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente – Apedema e o Conselheiro **Leonardo Lobo Pires**, representante da Fazenda. Participaram, ainda, desta Reunião o Sr. José Ricardo, Secretário Executivo – Seas/Subexe, o Sr. Diego Khouri, Superintendente da Superintendência de Fundos de Interesse Público – Seas/Supfip, a Sra Milena Almeida Suhett, Coordenadora do Fecam Seas/Coofecam, a Sra. Eliana Cardoso de Almeida, assistente da Coordenação do Fecam – Seas/Coofecam, a Sra Ana Asti, Subsecretária de Recursos Hídricos e Sustentabilidade, e os Srs., e João Rocha, Gerente de Projetos, ambos da Diretoria de Recuperação Ambiental – Inea/Dirram. E, também, os Srs. Rodrigo Peres, Marcos Santos e Camila, todos da equipe da UERJ. **I – Abertura**: O Sr. Presidente abriu a reunião saudando os presentes e colocando para aprovação o item I da pauta, a Ata 158 da reunião anterior, perguntando aos Conselheiros se existe algum comentário sobre as Atas. Não havendo qualquer comentário, o Sr. Presidente coloca em aprovação a Ata 158 que é aprovada. Em prosseguimento, passa ao item **II** informando que vai mudar a ordem a pauta**,** por motivo de compromisso, passando, então, a seguinte sequência: 1 – Projeto Uerj; 2 – Projeto Seas/Subrehs; 3 – Projeto Inea/Dirram e 4 – Projeto Inea/Diseq **II. Projetos Novos. II.1 Proponente UERJ, Projeto "Capacitação para Consolidação do Observatório Fluminense do Ambiente e Sustentabilidade" – valor de R$ 10.000.000,00 – prazo 23 meses – Processo SEI E-070026/001185/2020**. Em prosseguimento, o Professor Rodrigo Peres se apresenta e a sua equipe, todos do Instituto Multidisciplinar de Formação Humana e Tecnologia da Uerj, agradecendo a oportunidade de estar apresentando o Projeto, em nome da Professora Eloisa, professora titular da Uerj e todo pessoal do Instituto, relatando a existência de uma grande parceria com a Seas e o Inea de muito tempo, aproveitando a chance de fazer este aprofundamento. Continuando, explica que a ideia é que, no final do ano passado, dentro da parceria foi entregue o Observatório Fluminense do Ambiente e Sustentabilidade. A ideia agora é consolidar este Observatório, essa é a proposta, continua explicando, a apresentação foi estruturada respondendo a essa pergunta "Por que consolidar o Observatório, quais são os motivos que levaram para se preparar esta proposta". Prosseguindo a sua apresentação, explica que a área ambiental é uma área extremamente sensível, tendo muita gente que fala de meio ambiente sem ter capacitação, é uma área que todos se sentem à vontade, usando o senso comum, para ficar abordando questões ambientais. As pessoas levam muito pouco em consideração a questão técnica e o conhecimento profissional. Agora em janeiro, diz, viralizou um vídeo, que uma pessoa contratada pelo IBAMA, filmando a própria equipe num trabalho de incêndio, dizendo do absurdo de estar colocando fogo na floresta, quando ao contrário a equipe estava combatendo o fogo. Uma técnica que existe já há muitos anos que consiste provocar pequenos incêndios para se diminuir o potencial. Continuando a sua fala, explica que muita gente fala de meio ambiente e fica à vontade achando que o senso comum preenche o conhecimento científico, acadêmico, técnico, o profissional, e não é bem assim. Então, prossegue, existe uma responsabilidade muito grande de quem está na área ambiental de combater esse tipo de ativismo que necessariamente não é positivo. O primeiro motivo, prossegue, é a capacidade do Instituto para realizar este trabalho. O IFHT é vertical na área ambiental, tendo a extensão, graduação e pós-graduação, desenvolvendo a temática ambiental desde a fundação do Instituto. Produzindo muito conteúdo na parceria com o Inea e

com a Secretaria e com outros parceiros. Um dos cursos do Instituto, explica, envolve questões de licenciamento ambiental, pós-licença e da biodiversidade, com a participação de mais de 30 secretarias municipais, além do estado. O Instituto tem uma história além da produção de conteúdo, Então, não é alguém estranho à questão ambiental que vai produzir as condições para realizar esse trabalho. O segundo motivo, continua, é a atualidade do tema. Hoje não dá mais para pensar uma proposta de desenvolvimento de crescimento sem que o meio ambiente esteja no centro da questão. Ele é parte integrante, essencial de qualquer política pública, de proposta de planejamento. Houve uma mudança de posicionamento com a eleição de 2018. Atualmente de tem uma proposta de uma visão ambiental mais equilibrada, de que é preciso preservar, conservar, mas é preciso gerar emprego, de produzir renda, criando opções de desenvolvimento sustentável, o equilíbrio é sempre a melhor opção. Essas questões, que estão hoje na ordem do dia, precisam ser colocadas em prática, transformar isso em oportunidades para o Estado do Rio de Janeiro. O impacto direto sobre a gestão é muito sensível na ponta que são os municípios. O Instituto quando foi criado era a unidade mais nova da UERJ, teve a questão da capilaridade como um norte. A Universidade é do Estado, ela precisa estar presente no Estado, com serviços, com apoio técnico profissional, com parcerias. Não necessariamente só estar presente com o campus, mas com prestação de serviços, com apoio técnico profissional, com parcerias, mas precisa estar capilarizada com o Estado. Esse impacto da consolidação do Observatório vai ser sentido nas gestões municipais, que é onde está a maior carência. Há uma necessidade muito grande de capacitação na ponta e o Observatório funcionando vai exercer um papel relevante, preenchendo essa lacuna. Neste momento, comenta, vamos detalhar mais a proposta. A estrutura básica do projeto é um treinamento de serviço, on-line, conteúdo proprietário, ou seja, produzido exclusivamente para o projeto, o que não quer dizer prender que esse produto no projeto. A ideia é que o conteúdo esteja aberto, disponível, gerando recursos adicionais abertos, que se possa fazer o reuso, não só para a economia do dinheiro, mas uma política para multiplicar o conteúdo e permitir que outras pessoas possam completar esse conteúdo. É a certificação da UERJ, são 23 meses. Na parte da capacitação, cursos e seminários, e na parte da promoção as oficinas. Com, basicamente, 7 grupos de atenção que são distribuídos nos 4 segmentos (público alvo), mobilizadores sociais, conselhos ambientais, cidadãos em geral e servidores e gestores municipais e estaduais. Dentro destes grupos existem 14 atividades que estão distribuídas ao longo do cronograma do projeto. Não existindo nenhum mês dos 23 que não tenha uma atividade ou ais de uma atividade. Logo no primeiro mês tem um desenvolvimento do ambiente virtual de aprendizagem que é a meta 6.1 que foi casada com o objetivo, as metas com as atividades, que dá mais transparência e facilita a prestação de contas, Depois, prossegue, ocupando os meses de 4 a 10 o desenvolvimento de material virtual, preparação de conteúdo que vai ser feito em parceria com a Seas e com o Inea, sendo produzido o conteúdo que é o que precisa, o que está faltando, qual a lacuna que precisa ser preenchida. O Instituto já teve uma experiência positiva com o Inea, que foi com o MBA de gestão ambiental integrada. Foi produzida uma primeira versão. O coordenador técnico do Instituto professor Maurício Ferreira Magalhães junto com a equipe do Instituto produziu a primeira versão que foi entregue ao professor Antônio Carlos Gusmão, que na época estava na Universidade do Ambiente. O professor passou a proposta em todos os setores do Inea, consolidando todas as contribuições, devolveu para a Uerj, o Instituto estruturou nova proposta, que voltou ao professor Gusmão, sendo passada novamente pelo Inea e com a definição da Seas pelo curso, que junto com a questão profissional na ponta, com o conhecimento acadêmico, foi levado, então ao Conselho Superior da Universidade que aprovou a proposta por unanimidade, com vários elogios à proposta, a maneira como foi feita. Já foram terminadas oito turmas no Inea, ou seja, repetir essa parceria que deu certo. Continuando, tem-se a produção de conteúdo, tendo a elaboração do conteúdo virtual específico desses materiais abertos que podem ser disponibilizados, serem multiplicados pela rede, que podem ser difundidos pela Secretaria, pelo Inea, pela Uerj, por outros parceiros do Estado. O Instituto tem a realização do evento por sensibilização, sendo convidadas todas

as 92 câmaras municipais para incorporar o legislativo na ponta para questões ambientais e para consolidação do Observatório. Será realizado um evento convidando e chamando a participar todas as 92 câmaras municipais. Em prosseguimento, informa que a primeira capacitação para os mobilizadores sociais, serão 1.150 vagas distribuídas; outro evento de sensibilização será com a parceria das instituições públicas e privadas de ensino, para que se possa chamar a academia e propor outras universidades e também outros institutos e unidades da Uerj, a se aproximarem mais da técnica operacional; realização de oficina que será feita com o Inea, a ideia dessa oficina é pegar parte desse conteúdo que já foram produzidos e começar a disseminar de maneira estratégica para as secretarias municipais, para alguns órgãos do Estado, é uma atividade direcionada; outra capacitação para gestores estaduais, são 25 vagas; outra para servidores estaduais com 25 vagas; a realização de uma oficina com o Inea cujo objetivo é atingir os comunicadores, aqueles pessoas que têm voz, influenciadores, pessoas que vão atingir e mobilizar esse público; outra capacitação para gestores municipais com 920 vagas, são 10 vagas por município; capacitação de conselhos, são 184 conselhos municipais dando 2 vagas por município e mais 46 vagas para o conselho estadual e o conselho federal, como o CONAMA, distribuindo duas vagas por município e mais 46 para o Estado e para o Governo e o Conselho Federal; capacitação de servidores municipais, 2300 vagas oferecidas para os 92 municípios e a última atividade é a capacitação para o público em geral, com 350 vagas. A ideia é que ao final do projeto esse conteúdo possa ficar aberto, disponível para que qualquer pessoa possa fazer o curso, não necessariamente com um cursos com data de início e fim, mas um curso livre, se o candidato for aprovado imprime a certificação, diferente de emitir o certificado para cada um dos participantes. O professor continua desenvolvendo sobre o projeto, explicando agora o quinto motivo que é a otimização dessa parceira que o Instituto tem com o Inea há quase 6 anos, com vários cursos realizados pelo Instituto, em várias atividades, com a Seas e com o Inea. Passando, agora, para os efeitos do “futuro” no estado do rio de Janeiro. O que se espera que aconteça ao longo desse processo; gestões municipais atuando de forma integrada com vistas ao desenvolvimento sustentável; meio ambiente como ativo estratégico e vantagem comparativa do Rio de Janeiro; aproveitamento do potencial ambiental do estado para o crescimento dos municípios; capacitação da mentalidade sustentável e cidadã entre os gestores publico. Passando, então, agora para a questão essencial que é semear o desenvolvimento sustentável que multiplica e difunde as melhores politicas ambientais do novo milênio; atrai investimento por meio de empresas que focam seus produtos e serviços em práticas ambientalmente corretas para a execução de programas ambientais; incorpora em seu DNA práticas de sustentabilidade que traduzam uma imagem ligada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU; promove mudança cultural em seus diversos setores que traduz nova política “verde”, incorporando a sua marca as variáveis ambientais. Finalizando, o professor agrade a oportunidade e se coloca para qualquer pergunta sobre o projeto. O Presidente agradece ao professor e comunica que antes de abrir para as considerações dos Conselheiros, agradece pela apresentação do projeto, que procura nivelar essa falta de conhecimento nos municípios das questões ambientais, sendo muito importante porque, principalmente, ocorreram mudanças em várias secretarias municipais de meio ambiente, com alguns técnicos já conhecidos e outros não, sendo muito bom fortalecer a ponto num processo que é muito importante para o Inea. Ressalto a fala da sustentabilidade, aquela nascida em 1972, em Estocolmo, que vem se transformando ao longo do tempo, falar, também, dos pilares de sustentabilidade, sustentabilidade econômica, socioambiental, político-institucional, o que está se fazendo aqui por esse colegiado plural, quando se tem uma fala da academia ressaltando todos esses pilares que são construídos ao longo do processo da palavra sustentabilidade com um todo. Em prosseguimento, abre a palavra para a Conselheira Andrea comentar o projeto. A Conselheira Andrea inicia comunicando que o Conselheiro Peron está presente e vai fazer também os seus comentários. O Conselheiro Peron cumprimenta todos os participantes da reunião e dá a palavra a Conselheira Andrea para depois fazer os seus comentários. A

Conselheira diz que achou bem interessante a iniciativa quanto à questão da educação ambiental, da capacitação que se precisa muito e da necessidade com todos os elos da cidade, a iniciativa pública e privada, de uma forma geral a educação ambiental e a capacitação têm que prevalecer e ser disseminada. A pergunta é sobre o novo sistema de licenciamento ambiental do Estado, o SELCA, com novos instrumentos, várias inovações e se vê cada vez mais do que nunca a importância da capacitação. Está prevista alguma coisa neste sentido, pergunta a Conselheira. É importante para as pessoas que lidam com o Inea, a importância da uniformização e o nivelamento do conhecimento com todas as áreas do Inea, principalmente nas superintendências que acabam ficando um pouco distante. Então, está previsto um curso EAB, um curso de capacitação específico em relação aos funcionários do Inea? E a outra questão sobre os municípios, se percebe bastante essa mudança no ente municipal licenciador, mas é importante a capacitação deles, sempre, ter uma plataforma de capacitação dos municípios seja a EAB ou presencial, mas é importante, inclusive para a questão de competência do licenciamento, para tirar dúvidas, isso é importante. Outra questão, o documento que fala o projeto como um todo, que tem um item específico que fala de outros serviços de terceiro - pessoa física, que é o maior percentual do total do projeto e está todo acumulado em um único mês genérico. Isso seria possível ter um desmembramento maior desses valores neste item? Até porque ele concentra a maior parte dos recursos. O Presidente comunica que vai responder a primeira parte e deixar o professor responder a segunda parte sobre o item. O SELCA deve ser colocado para entrar em vigor em julho, justamente pelo que você falou, entendendo que tem um processo de qualificação sobre os novos instrumentos de licenciamento nesse período que vai até julho, fazer um treinamento interno e externo com os novos parceiros, para quando entrar em vigor todas as arestas estarem aparadas, integrando perfeitamente com este projeto, se for aprovado pelo Conselho, fazendo uma integração. O professor Gusmão se predispôs a ajudar na Universidade do Ambiente para fazer esta preparação. As etapas desta preparação são duas, a interna, para entender os mecanismos e para dar suporte para as pessoas de fora quando chegarem para fazer o licenciamento. Essa etapa de preparação do Inea está prevista para junho. Fazer um “soft open” do SELCA, que é pegar as pessoas que trabalham com especialistas, com licenciamento, para olharem o sistema e ver se está tudo certo e se precisa mexer em alguma coisa. A Firjan, obviamente, é um dos parceiros do Inea, para em julho, entrar com o novo processo. Que está sendo apresentado agora. A seguir, o professor vai responder a outra parte da pergunta da Conselheira Andrea. Em prosseguimento, o professor explica que na proposta que foi construída tem que haver um equilíbrio para fazer uma capacitação com conteúdo proprietário, mostrando o que está sendo feito hoje. Não se tem condições de se ter um nível de detalhamento da equipe se não se sabe o que vai fazer. Ou você cobre de um lado ou cobre de outro. Chegar com dez pessoas para fazer um determinado curso é estar engessado para fazer isso. O que se fez foi estruturar e os Outros Serviços de Terceiro estão estruturados como uma política, tendo os analistas, os assistentes e os auxiliares. Definido os degraus, estruturou-se como vai ser feito e a partir da pactuação com a Seas e o Inea do que se vai fazer, este conteúdo precisa ser desenvolvido, é essa lacuna que se precisa preencher. As equipes vão ser montadas dentro da estrutura que foi desenvolvida. Tentando encontrar um equilíbrio que permitisse dar efetividade, eficiência e eficácia na maneira como transmitir o conhecimento, e permitir um dinamismo desse conhecimento. Construindo o conhecimento juntos. Não se está trazendo uma ementa, vamos fazer isso, isso com essas e essas pessoas. Continua o professor, o que será feito é atacando esses pontos, tentando preencher esses espaços e fazendo isso junto. E a maneira como vai ser dimensionado esse grupo, vai ser livremente ligado ao conhecimento que se quer distribuir. A distribuição e o conteúdo são peças chaves para que se possa estruturar essas equipes, mas os degraus já estão colocados na página 13 nos Outros Serviços, para que fique claro como vai ser trabalhado para a montagem dessa equipe, os analistas, os assistentes e auxiliares, estruturando de acordo com a proposta de trabalho, precisando mais desse aqui e agora, desse depois, tendo que procurar um equilíbrio

para se conseguir ter dinamismo e efetividade, fazendo o que é necessário naquele momento, de acordo com o que o Estado precisa, o que quer fazer, a sua política prioritária, e tendo condições de montar uma equipe sem ficar engessado, e se ter um grupo que não vai dar conta desse desafio. A ideia foi essa. Quando da sua primeira colocação ao licenciamento e ela foi muito boa, porque o que se vai fazer é exatamente isso, o que vai ser feito agora, esse é o conteúdo que se quer produzir juntos. E se esse é um conteúdo prioritário, vai ser produzido exclusivamente para isso, embora ficando aberto ficando disponível, tendo condições de englobar as outras atividades que foram sugeridas. O Presidente acabou de falar "precisamos fazer um seminário para o pessoal do Inea". Vários conteúdos, a questão do reuso, que foi falado, vai permitir remontar um seminário. Tem 14 atividades, mas além dessas 14 atividades, vai ficar de herança um patrimônio, um arsenal de conhecimento com recursos educacionais abertos, com materiais didáticos, com conteúdos que podem ser rearranjados para produção de novas atividades, que podem acontecer ao longo dos 23 meses como podem acontecer depois. Isso fica como herança, esse material todo produzido fica como herança. Encerrando sua explicação, o professor agradece pela colocação da Conselheira Andrea. A Conselheira passa, então, a palavra ao Conselheiro Peron, para suas observações, fechando as colocações da Firjan. Seguindo, o Conselheiro agradece a todos os presentes, dizendo que suas colocações são muito mais de ordem prática, no que diz respeito à objetividade do projeto e, principalmente, se entendendo como Conselheiro e representante da Firjan no Conselho do Fecam, solidário e responsável na aprovação, no ato de aprovação de um projeto, não só pelo resultado específico do projeto, mas pelo exercício e na utilização desse recurso, principalmente por ser um recurso público. Então, quanto mais confiante, seguro, como Conselheiro para aprovar e apreciar um projeto, mais confiança, mais segurança se tem para aprova-lo. Isso vai se repetir ao longo do tempo, praticamente, em todos os projetos, no sentido de como o Conselho do Fecam terá capacidade ao longo do tempo para medir a eficiência e a eficácia do projeto. Então, professor queria parabenizar pela concepção, pela construção e apresentação do projeto, não tendo nenhuma dúvida sobre a importância desse Observatório. E todos os argumentos que foram apresentados, em maior ou menor grau que, tocam em problemas reais que são acompanhados rotineiramente, como as prefeituras periodicamente são reviradas e se perde toda uma capacidade técnica que se acumulou ao longo do tempo, acompanhadas pela Firjan, no dia a dia, nas demandas empresariais que são fundamentadas nas capacidades, às vezes até na competência do agente público de fazer a avaliação dos projetos de licenciamento. Então, quanto mais adequada for essa capacidade, quanto melhor for a capacidade do agente público e maior foi sua competência técnica competência na avaliação do projeto, às vezes simples avaliação, da licença ambiental, não só isso, mas, menor é o trabalho e menos é a dúvida do empresário lá na ponta. Continuando, prossegue o Conselheiro voltando ao projeto. A questão é exatamente isso, como o Conselho do Fecam vai medir a eficiência e a eficácia desse projeto ao longo do tempo. Pela exposição o projeto vai ser desdobrado ao longo dos 23 meses e como vai ser medida, mensalmente, a eficácia e eficiência desse projeto. O modelo de desembolso que está previsto para aplicação desses 10 milhões de reais que o projeto se propõe a utilizar, leva em consideração a medição dessa eficácia e eficiência? Ou vai se assinar um cheque de 10 milhões de reais, entregar na mão da Uerj, e a partir daí só vai retornar a avaliação no final desse projeto quando for executado. Qual é o resultado efetivo esperado do final do projeto? Porque, tendo isso bem definido agora, se tem condições de acompanhar o desembolso financeiro e a evolução desse projeto ao longo do tempo e também ao final, conseguindo medir efetivamente se alcançou ao que foi proposto, ao que está sendo proposto agora. E a última questão que coloco a nível prático é, criando um ambiente de capacitação, já comentado pelo professor, que o objetivo é que ao final se tenha um ambiente para que qualquer pessoa possa acessar e fazer a sua capacitação, a sua auto capacitação e depois tem um diploma e o seu certificado emitido pela Uerj ao final desses 23 meses. Ao final de ter sido aplicado 10 milhões de reais como é que vai ser feita a manutenção desse ambiente, para que este investimento não seja perdido a partir do 24º mês. Eram estas

as considerações iniciais, conclui o Conselheiro Peron. Prosseguindo, o professor agradece as colocações do Conselheiro dizendo que antes de responder faria uma observação importante, e deixar isso no horizonte, que o grupo de gerenciamento é composto de cinco pessoas, a professora Eloisa, Ronaldo, Marcos e Camila, são todos servidores de carreira do Estado, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro é a única universidade pública do país que não tem fundação de apoio, sendo 100% pública. Está se falando de um projeto que o proponente é o Estado, para um fundo do Estado, que vai ser executado por um ente do Estado não tendo ninguém privado e independente de qualquer tipo de proposição, todos da equipe, como servidores públicos, são obrigados a seguir este rito, não precisando colocar no projeto o que cada um vai fazer, não se está provisoriamente na Uerj para fazer o projeto e depois sair, continua na Uerj e vai realizar o projeto e continuar respondendo como servidor público a todos os atos que são realizados. Isso é importante que seja colocado, explica o professor, tem muita atividade de outros parceiros, mas neste projeto não, é uma atividade entre servidores do Estado, servidores públicos que vão desenvolver o trabalho, que já são da responsabilidade do servidor público que vão desenvolver o trabalho, que são obrigados a cumprir determinados requisitos. É importante ter isto no horizonte, não é um projeto privado, não é uma entidade privada. O projeto tem metas que são estabelecidas. Quando houve a proposta de criar os objetivos, casar os objetivos com as metas, casar as metas com as atividades e colocar dentro do cronograma, detalhado, exatamente para dar transparência na execução do projeto e permitir que esse acompanhamento seja mais fácil. Não existe nada que não se consiga perceber, porque os servidores já estão acostumados com o trabalho, responder ao Tribunal de Contas, o trabalho é feito rotineiramente. Continuando, a primeira atividade, pela ordem de execução, é o desenvolvimento do ambiente virtual, 6.1 – “disponibilizar o ambiente digital colaborativo para os gestores estaduais ambientais que desejam compartilhar informações e conteúdos sobre a temática”. Se o ambiente está disponibilizado, disponível, funcionando, a meta foi cumprida, e tem um prazo, está definido, tem que ser feito do mês 1 ao 4, terminado ao quinto mês do projeto ou ao longo do quinto mês, tendo o ambiente aberto, disponível, funcional, efetivo. A segunda atividade do projeto, atividade 2, é o desenvolvimento do material virtual, que vai do mês 4 ao mês 10, 3.1 “disponibilizar no ambiente corporativo o material para desenvolvimento do conteúdo”. O material foi feito, está disponível, está executado, esta meta foi cumprida. A preocupação foi dar uma transparência às atividades, e isso foi feito. Neste ponto uma pequena correção, só um ajuste, prossegue o Professor, na verdade não se vai entregar o Observatório, o Observatório já foi entregue em 2020, já está funcionando, é responsabilidade da Seas e do Inea, vai continuar funcionando. O projeto não é o Observatório, ele já foi feito, foi entregue, já está no ar. O que se está fazendo neste momento é o seguinte, precisa consolidar o Observatório, precisa ter esse espaço que já existe, já tem manutenção e já funciona através da Seas, está no ar. Que de fato seja efetivo prossegue um ambiente que permita a troca de conhecimento, geração de conhecimento, inteligência, que possa ser um articulador, um implementador de política pública, que possa ser um ponto de encontro dos articuladores, mobilizadores sociais, dos formadores de opinião, e para isto precisa divulgação do Estado, precisa que a ponta saiba que o Estado tem o Observatório e está funcionando, veja como pode ser utilizado, o que se pode fazer com o Observatório, veja a quantidade de possibilidade que são abetas. O Observatório já existe, vai continuar existindo depois do projeto, já foi entregue, está funcionando e faz parte da estrutura. O que vai ser feito é criar as condições para que o Observatório seja absorvido por toda cadeia, desde o município passando pelos conselhos e pelo Estado, e até pelos órgãos federais e os mobilizadores comuns. Que o Observatório seja uma referência. O Estado já foi referência na área ambiental. A ideia é que o Observatório seja outra referência, que seja replicado por todos os estados da federação, pelo país, que vire um ponto de uma bússola, como se faz na questão ambiental, para todos participarem, para todos participarem na ponta. Pensar, então, esse modelo do Observatório e a consolidação do Observatório funciona. Continua sua explicação, todas as metas estão casadas com as atividades e estão no cronograma para permitir exatamente esse

acompanhamento. E como o desembolso, no anexo 3, está estruturado mês a mês, permite que se não tiver cumprido determinada meta o desembolso para no próximo mês, porque no Estado esse processo acontece por descentralização, a descentralização não envolve dinheiro, é transferência de crédito, de um órgão do Estado para outro, e no final quem faz a execução é quem está cedendo. Qualquer que seja a execução o pagamento de 1 real a mil reais, que a Uerj coloque no sistema, só sai quando a Secretaria autoriza, porque não há transferência de dinheiro, o que existe são créditos. A cada ano faz-se uma Portaria Conjunta que é assinada, de créditos descentralizados cuja origem é o Fecam, sendo a execução feita mês a mês, e a cada execução quem dá autorização final é o cedente. Então tem a estruturação mês a mês, a meta não foi cumprida para o cronograma, para a execução. Tudo foi montado para dar o máximo de transparência possível e permitir essa variação. Sempre é feito assim, a parceria com a Seas e com o Inea, prestando contas, atendendo o Tribunal de Contas, aqui só um exemplo, o Instituto é parceira do Tribunal de Consta do Estado prestando cursos, fazendo convênios de capacitação. Quando o Instituto foi criado, completamente diferente de outras unidades da Uerj, cuja proposta acadêmica foi estruturada em departamentos, a professora Eloisa propôs ao Conselho Superior da Universidade, a criação do Instituto dando um passo adiante, que o conhecimento não ficasse aprisionado dentro de departamentos, que fosse livre para fazer parcerias, internas e externas. O Instituto é a única unidade da Uerj que só tem um departamento, toda a equipe está dentro do departamento, que se estrutura através de laboratórios, dando um dinamismo muito grande para se fazer parcerias internas e externas, atuando de duas formas, ou o conteúdo é do Instituto e se faz a mediação do conteúdo proprietário, é o caso que foi falado do cursos de graduação, do MBA, ou se faz a mediação para um conteúdo de um parceiro, p.e. o Instituto de Biologia da Uerj, tem uma disciplina de genética, de DNA, o conteúdo foi do Instituto de Biologia mas quem fez toda a implementação e operação da disciplina foi do IFHT, que tem parceria de “compliance” com a Faculdade de Direito. Então, a Instituto tem, não só dentro da Uerj como fora, então pode fazer conteúdo com o Instituto, pode fazer os conteúdos com os parceiros, ou pode fazer os conteúdos dos parceiros, sejam internos ou externos, e fazendo mediação tecnológica desse conteúdo, criar estratégias para distribuição do conteúdo, criar canal para que esse conteúdo possa ser distribuído, construir esse canal ou operar esse canal, dependendo do caso. Então, essa é a vocação do Instituto, de ser um parceiro de conteúdo de quem quer ser parceiro de conteúdo do Instituto e, ou ser um produtor de conteúdo ou desenvolvedor da estratégia desse conteúdo. Ao longo desse tempo, após tantas parcerias, que são muitas, o Instituto é a unidade acadêmica mais nova da Uerj, mas é o que tem a maior quantidade de alunos por professor da Universidade, as disciplinas de graduação são abarrotadas, os projetos são abarrotados de alunos Foi feito um único projeto para a Secretaria de Cultura tendo 1380 alunos em 92 municípios. Então, o Instituto está acostumado a ter muito volume, e fazer o atendimento as prestações de contas. Por isso, que esse projeto foi estruturado para dar garantias ao parceiro. Neste momento, o professor interrompe a sua fala e chama atenção para a professora Eloisa que acabava de entrar na reunião, finalizando, agradece as colocações esperando ter atendido as preguntas. O Presidente agradece e pergunta ao Conselheiro da Firjan se está esclarecido e o Conselheiro agradece ao professor pelos esclarecimentos adicionais e a única questão que ficou no ar e a questão da manutenção do ambiente, acreditando que não é a Uerj que se ocupa dessa tarefa, a manutenção do ambiente depois que esse contrato foi encerrado. O professor esclarece que não tem um ambiente, tudo que for criado vai ser colocado dentro do Observatório. O Observatório já é da Seas e do Inea e vai continuar sendo operado por eles, já existe. Tudo que o Instituto criar vai ser colocado dentro do Observatório. E o Observatório foi entregue no final do ano passado e já está no ar. Então, vai continuar sendo mantido pela Secretaria e pelo Inea. A ideia é consolidar o Observatório. O Presidente passa a palavra para o Conselheiro Helan que agradece e prossegue dizendo que comunga com as palavras anteriores dos Conselheiros Andrea e Peron, agradecendo ao professor pelas explicações dadas e que tinha percebido na fala do professor, na última fala de referência aos conteúdos, o

que vai ficar para a sociedade civil, segundo o professor, 300 vagas, Que fique para a sociedade civil conhecimento desse material, ela é a mais interessada, depois dos gestores públicos. A sociedade civil é quem demanda as licenças, os órgãos públicos analisam e verificam a autenticidade de todo o material. Então, a sociedade civil é a mais interessada nesse material. A outra preocupação, falando em gestor público e de capacitação, é que ultimamente as prefeituras estão muito voltadas para a questão do ICMS Verde e uma das preocupações desses gestores é que se tem uma dificuldade muito grande na elaboração desse material. O Conselheiro diz que gostaria de saber do professor se tem alguma produção de conteúdo voltado para esse tema. O professor responde que em relação a primeira questão o Instituto já tinha encaminhado essa questão, mas que foi bom ter colocado, esclarecendo que dentro do Observatório, dentro da maneira como o Observatório vai se desenvolver, o objetivo final é que se entregue o Observatório cheio, um legado. Então, a sociedade civil. Então nos 3 últimos meses do projeto, vão funcionar muito mais como uma bancada de testes do que como uma oferta em si, porque ao final dessa bancada de testes, esse conteúdo vai ficar aberto, disponível, podendo ter i milhão de alunos, porque cada pessoa terá condições de entrar no curso e seguir a capacitação, o roteiro, a formação, de acordo com o seminário e conteúdo que foi preparado e ajustado nessa turma de 350. Então, na prática tem a maior quantidade de vagas. E a sociedade civil são os cidadãos em geral. ao longo desse período, produzindo conteúdo e ajustando com a ponta, servidores municipais, gestores municipais e estaduais, conselheiros dos municípios, do estado, federais, para que ao final desse processo o conteúdo produzido e testado com essa turma de 350, fique disponível, aberto, montado, ajustado e testado. A sociedade civil vai ter um longo percurso para chegar a esse conteúdo, que na verdade são 23 meses e depois vai ter o material disponível, aberto, para que cada um faça no seu ritmo, que cada um faça da sua maneira. A segunda questão, voltando a uma colocação que foi muito boa da Conselheira Andrea, o conteúdo vai ser produzido com o Inea e a Seas, então qualquer coisa que for identificada como necessária como prioritária, vai ser produzida e vai estar no Observatório. Por isso que foi falado sobre o equilíbrio, para que possa produzir o que realmente for necessário. A grande demanda é o ICMS Verde, então vai se produzir o ICMS Verde. O conteúdo vai ser pactuado entre a Seas, O Inea e o Instituto. Ele é conteúdo proprietário, vai ser produzido, exclusivamente, para isso. De acordo com essa pactuação, a Seas organiza o Estado, o Inea é o Instituto que vai estar na ponta e vai ter contato, a necessidade aqui é essa, e o Instituto vai fazer, vão fazer juntos. O professor agradece pelas perguntas, pelas colocações. O Presidente agradece ao professor e antes de passar a palavra para o Conselheiro Leonardo Lobo, quer saudar a professora Eloisa, que está presente também na reunião. Continuando, pergunta ao Conselheiro Leonardo se tem alguma questão. O Conselheiro responde que tentará ser rápido, mas como todos os Conselheiros as dúvidas estão dentro do mesmo espaço. Ninguém tem dúvida da importância do projeto, ninguém tem dúvida do que tem que ser feito, e tem que ser feito logo. Também não estamos aqui, prossegue, sequer discutindo qualquer valor, se 10 milhões é pouco, muito. O que talvez esteja gerando algum tipo de insegurança. Pelo que entendi, pelo processo de construção do projeto, ao que parece é algo vivo, ou seja, o Instituto vai buscar e sentar com o Inea, ver qual é, e a partir desse momento quanto vai demandar. Qual a preocupação? Já vi alguns processos parecidos no Estado, no sentido de se buscar, reservar recursos para alguma coisa e a partir daí transformar aqueles recursos reservados em uma meta de gastos. Não quer dizer que 10 milhões sejam suficientes, se precisar de 12 milhões acredito que os Conselheiros estariam de acordo. Se precisar de 8 milhões não tem problema. O que parece se tem um valor muito grande alocado para mão de obra de terceiros. Como se sabe este valor se não definiram qual é o conteúdo exatamente. Dez milhões é o que vai ser gasto. Não sei se teria problema de quebrar o projeto em dois momentos e aí no final ser pedido 12 milhões, vamos aprovar sem problema, continua o Conselheiro. Nós estamos aqui com um pouco de insegurança frente aos órgãos de controle, para dizer vocês aprovaram 10 milhões de que? É difícil responder, dado que o processo de construção do material vai ser dar ao longo do tempo. É como se estivesse

fazendo primeiro um projeto básico antes do executivo é um pouco essa sensação, mal comparando com uma obra. Então professor, se tiver uma tecnologia para chegar a esses 10 milhões, mesmo sendo um processo de construção que aconteça no tempo, já me daria uma segurança. É só isso que queria ouvir, conclui o Conselheiro. O professor responde e agradece ao Conselheiro, dizendo que a pergunta foi muito importante, porque permite avançar em como se chegou a esse valor. Acho que foi esse o ponto que foi levantado, não surgiu do nada, está dentro do projeto, prossegue. A estruturação da equipe está lá, tem a equipe estruturada em analistas, assistentes e auxiliares e tem-se a quantidade de carga horária definida para execução de conteúdo. O que vai acontecer é que isso é uma previsão, uma estimativa, que não vai ser estourada. Mas se sabe que para produzir esse conteúdo está se demandando. Independente de qual vai ser o conteúdo, porque uma coisa é o tema. Vou falar sobre preservação ambiental ou sobre ICMS Verde. Isso é a definição do tema, mas a estruturação de conteúdo e o volume de conteúdo foram mensurados, está dentro do projeto calculado em horas. Foi feita a mensuração de quanto vai se precisar no projeto. O quanto vai precisar do nível mais alto que são os analistas, quanto vai precisar dos intermediários que são os assistentes e quanto vai precisar para os auxiliares. Mas isto não quer dizer que se vai usar tudo, pode chegar num determinado momento e não usar, mas foi estabelecida uma previsão, um teto. E esse foi calculado a partir da hora/aula, de cada uma das funções que foi definida, que está dentro do projeto e do volume de conteúdo que vai ser produzido. Isso é possível porque já se tem uma expertise na produção de conteúdo, muito grande, já se sabe que para produzir um conteúdo precisa de revisor, precisa de designers institucional, da programação, precisa de back off, da pessoa que vai subir esse produto dentro do ambiente, precisa de uma articulação pedagógica, est[a tudo orçado e essas funções estão distribuídas nos 3 níveis, nível operacional, nível de articulação média e um nível de conhecimento, Está tudo calculado em horas, a partir do que vai distribuir, do que está definido e distribuído dentro do cronograma de 23 meses. Tem-se dentro do eixo de capacitação 2 tipos de atividade, os cursos e os seminários e dentro do eixo de promoção tem as oficinas. Quando foi montado a promoção, em conversa com a equipe, a ideia foi de que se precisa promover, para que as pessoas saibam que esse conteúdo está sendo disponibilizado. Tudo foi mensurado, tanto de curso, tanto de seminário, tanto de oficina. Precisa-se de que para fazer isso, precisa de tantos analistas, tantos assistentes, tantos auxiliares, qual é o valor que se propõe a pagar para cada um deles, quanto é a caga horária para desenvolver isso tudo, o resto é definição de tema. É uma pactuação interna. Pode ficar absolutamente tranquilo em relação a essa conta, continua o professor, porque esta conta está ajustada, e como o José Ricardo lembrou isto é um teto. Pode não ser executado. É uma previsão, mas é uma previsão que está calculada, ajustada em função do volume de conteúdo. Aproveitando que o Conselheiro é da Fazenda, foi colocado os encargos, porque não tinha espaço para colocar os encargos. Era importante fazer a sinalização dos encargos sociais. Essa equipe produz tanto de encargos sociais. O professor faz um pedido de mudança do formulário pela dificuldade no preenchimento. O professor prossegue, dizendo que a ideia é que se teve toda a mensuração do que vai se necessitar ou não Tudo especificado. A quantidade de hora, o que precisa, os encargos que vão ser gastos e aí pode acontecer assim, a Uerj tem um convênio do INSS que toda vez que alguém da Uerj trabalha num projeto como carga horária complementar não recolhe o INSS. Então, se for um analista da Uerj prestando um serviço temporário, eventual não vai recolher o INSS, os encargos são menores. Então, é uma previsão, mas está calculada, mensurada no volume do conteúdo de trabalho que precisa ser feito. Finalizando, espero ter respondido tudo. O Conselheiro Leonardo diz estar satisfeito. O Presidente coloca em votação e o Conselheiro da Firjan afirma que ninguém tem dúvida do projeto, quanto a sua importância, essa questão é de todos os Conselheiros, de ter segurança ao aprovar o projeto, mas indubitavelmente a capacidade da Uerj, e diz ser oriundo a Uerj, que seria para duvidar da capacidade técnica da Uerj em gerar conteúdo, em gerar a capacidade de transformar o cenário da educação no ERJ, conclui votando pela aprovação do projeto. O Conselheiro Leonardo se manifesta dizendo que

não tem como não votar a favor de um projeto que capacita servidor municipal, se na área fazendária, que já é uma área mais estável dentro dos entes, imagina que na área ambiental seja mais difícil. Voto a favor do projeto. O Conselheiro Helan também vota a favor do projeto. O Secretário Executivo da Seas Jose Ricardo pede a palavra para fazer um adendo, agradecendo na pessoa do professor Rodrigo, na pessoa da professora Eloisa a disponibilidade da Uerj em desenvolver este trabalho tão importante para a Seas mas também para todos o ERJ, que vai abranger todos os municípios, todas as problemáticas que se tem no licenciamento ambiental e ressaltar um fato muito importante que foi colocado pelo professor Rodrigo, que foi a missão do Instituto em levar o conhecimento para fora da Uerj, não mantendo a Uerj como uma caixa de Pandora, onde o conhecimento fica ali preso. Então, quero parabenizar principalmente a professora Eloisa por estar liderando essa equipe, de levar o conhecimento para fora da Universidade, colocar o conhecimento institucionalizado nos municípios, na rua para o terceiro setor, quem quer que seja, então parabenizar e aprovar o projeto. O Presidente lembra que o professor deixou muito claro que existe um tronco azimutado sobre a ementa das disciplinas, mas ela ainda é aberta, é um curso vivo. Prossegue dizendo que gostaria de receber input desse Conselho, tanto da Firjan, tanto do Conselheiro Helan, tanto da Fazenda pelo Conselheiro Lobo, onde se possa contribuir para deixar cada vez mais, como é um material que vai ficar disponível, “ad eterno”. Quanto mais contribuição tiver melhor para todos. Segue, aprovando, também, o projeto. O professor pede a palavra e agradece ao Presidente, ao José Ricardo, a todos em nome do Instituto e que ficou muito feliz com a participação e aprovação, dizendo que o Instituto está de portas abertas, apesar da Uerj estar fechada por causa da pandemia, O Instituto está trabalhando. E o site do Instituto pode ser acessado para quem quiser conversar e só assim poderá avançar no Estado juntando os conhecimentos e as pessoas que querem de fato que o Estado cresça e avança. A professora Eloisa pede a palavra e cumprimenta a todos e agradece a confiança, reitera a parceria e um sentimento muito próprio de orgulho pela sua equipe e pela sorte de liderar, que é uma equipe excelente, maravilhosa. Parabeniza o professor Rodrigo pela apresentação, pela atuação durante esse encontro e agradece a confiança tendo a certeza que essa parceria frutificará se tornando m motivo de orgulho para as instituições envolvidas. O Presidente agradece a professora e volta a pauta passando para o próximo projeto. **II.2 Proponente: Seas/Subrehs Projeto “Observatório para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030” – Valor R$ 739.200,00 – Prazo meses – Processo SEI-070026/001164/2021**. O Presidente comunica que a Subsecretária de Recursos Hídricos e Sustentabilidade/Seas Ana Asti vai iniciar a exposição. A Subsecretária cumprimenta a todos dizendo que fará a introdução mas quem fará a exposição será a Natália, Coordenadora de Economia Circular, e interessante como é importante desenvolver esse Observatório e como são fundamentais para que se possa inclusive definir boas políticas públicas com base em dados que contribuam para se entender e ter o diagnóstico do nosso território. Em relação especificamente aos objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU, quando cheguei a Secretaria já tocava essa pauta na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e quando cheguei na Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade esse era um ponto que já fazia parte da pauta de trabalho da equipe da Subsecretaria, Natália já vem há muito tempo tocando esse projeto na Secretaria e o projeto, inclusive, faz parte do PPA da Secretaria. E foi dado muita força para impulsionar, porque se entende a importância de trazer a pauta da agenda 2030 da ONU, também, para o poder público é algo que a Firjan já vem realizando bastante junto à iniciativa privada. Ontem mesmo, continua a Subsecretária, teve o seminário sobre engajamento subsetorial da agenda 2030 da ONU e o Conselheiro Peron pode apresentar toda experiência que a Firjan já vem desenvolvendo nessa área, a Secretaria teve a participação do Pacto Global, o Estado se tornou signatário do Pacto Global em dezembro de 2019 e essa, então, é uma ferramenta fundamental, para que se possa fazer jus a esse compromisso que o Estado fez com o Pacto Global com a ONU. Precisa se entender como nosso Estado está em relação aos 17 objetivos. Nesse sentido, se vem realizando reuniões e aproveitando a presença da

Uerj para dialogar sobre isso, por ter certeza que o Observatório que acabou de ser aprovado, vai levantar dados que podem contribuir em muito com os indicadores dos ODS. E estão sendo realizadas reuniões com a Secretaria de Planejamento que vem trabalhando com a Secretaria nesta aproximação dos ODS com as ações orçamentárias e o PPA. Esse é um primeiro caminha, prossegue, que é identificado como as ações previstas em orçamento dialogam com os objetivos do desenvolvimento sustentável. Em seguida, o CEPERJ junto com a SEPLAG, com a Secretaria do Ambiente vêm trabalhando juntos e que indicadores são esses que já se tem dados no Estado para poder incorporar dentro desse Observatório. Então, o CEPERJ junto com a SEPLAG e a Seas, vêm trabalhando na construção desse arcabouço de indicadores fundamentais para que se possa ter todo o conteúdo técnico deste Observatório. O IBGE vem contribuindo com a Secretaria e também na última reunião o IBGE fez uma explanação como o Governo Federal vem trabalhando essa pauta do Observatório que o IBGE continua tocando. É uma ação dentro do próprio IBGE e se está incorporando, também, nesse grupo de trabalho da Subsecretaria. Agora o IPEA foi convidado para participar desse grupo de construção dos indicadores, e a própria Firjan vem construindo na construção, também, desses indicadores. É uma pauta fundamental, já se entrou na década da ação, tem-se 9 anos para chegar ao fim da década da ação e o Estado precisa dizer onde está neste momento. A Natália vai apresentar o que outros estados estão fazendo, outros observatórios que já existem no Brasil, de ODS. O próprio Governo Federal tem o seu observatório. Então, nesse sentido é importante estar dizendo que se está elaborando um decreto junto com a Seplag, para criar uma comissão ODS no Estado do Rio de Janeiro, onde vão participar outras secretarias, sendo que a ideia é que a presidência dessa comissão seja da Seas, mas que a secretaria executiva seja da Seplag, porque é fundamental que todas as secretarias estejam envolvidas na construção desses indicadores. Então, nesse sentido, se está nesta construção paralela, dessa normativa interna do Estado e certamente depois por resolução vai se estar finalizando o convite para outras organizações da iniciativa privada, para que incorporem essa comissão que está sendo criada. Então, vem se fazendo um trabalho interno para formalizar, institucionalizar os objetivos do desenvolvimento sustentável como mecanismo fundamental para analisar e diagnosticar como o Estado do Rio de Janeiro vem se estabelecendo no que p Secretário Tiago sempre fala “não dá mais para se pensar em desenvolvimento sem pensar em sustentabilidade, desenvolvimento econômico não anda separado de sustentabilidade”. Então, diz a Subsecretária, precisa ser enxergado como se está em relação a essa sustentabilidade e por isso a importância desse observatório. A Natália vai iniciar essa apresentação, que é uma pessoa que já estava pensando isso há muito tempo, mas em especial este pleito é ao apoio financeiro para que se possa criar uma ferramenta de qualidade de que se precisa, para que se possa, não só ser transparente para a população em relação aos resultados desse observatório, mas também uma ferramenta que permita captar os dados que se precisa em parcerias com todos que serão necessários no Estado, desde a Uerj, parceira que pode estar fornecendo dados, como municípios e as outras secretarias. Então, só para o entendimento do cenário, do enredo que se está envolvendo e para fechar se tem no ano que vem 30 anos da ECO 92 que muitos que estão nesta reunião devem ter participado da ECO 92, sendo fundamental que se consiga ter esse observatório funcionando, disponível e com resultados para a sociedade, para que chegue em junho de 2022 e faça um grande espaço de mobilização em prol do desenvolvimento sustentável. Passo a palavra a Natália para fazer a apresentação, me colocando disponível para qualquer dúvida depois da apresentação, finaliza a Subsecretária Ana. A Coordenadora Natália inicia sua apresentação agradecendo a Subsecretária, cumprimentando a todos, dando inicio a apresentação do Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para a Agenda de 2030 para o Estado do Rio de Janeiro. Começando a apresentação fazendo um alinhamento básico do entendimento que se tem sobre o tema, dos objetivos do desenvolvimento sustentável da agenda 2030. Então, o que é o desenvolvimento sustentável, quais são os objetivos e o que é a agenda 2030. Este conceito surgiu em 1987 no Relatório “Nosso Futuro Comum”. Que também é reconhecido

como Relatório Brundtland, que foi produto de uma comissão na ONU na época e a principal mensagem que ele traz é ser um desenvolvimento que procure satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer as capacidades das gerações futura de satisfazerem suas próprias necessidades. E depois, esse relatório, firma o famoso tripé da sustentabilidade, que pe considerar as dimensões econômica, social e ambiental ao mesmo tempo e de forma interligada. Cortando para 2015, lembrando que nesse meio tempo, continuou tendo andamento a agenda mundial sobre o desenvolvimento sustentável, com a realização, p.e., da Rio 92 e da Rio +20, as duas conferências da ONU que foram realizadas na cidade do Rio de Janeiro. No final da Rio +20 se entendeu que era necessário construir uma agenda global para o desenvolvimento sustentável de forma mais robusta e estruturada. Então isso foi trabalhado nos 3 anos seguintes, que foi quando nasceu em 2015 a agenda 2030 através do documento intitulado "Transformando nosso Mundo a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", que objetiva promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo, equitativo, criando melhores oportunidades para todos, reduzindo as dificuldades, elevando os padrões de vida da população e estimulando a inclusão e o desenvolvimento social justo. Essa agenda estipula 17 objetivos de desenvolvimento sustentável que são os famosos ODS. Esses objetivos têm um conjunto de metas, totalizando 169 metas e essas metas têm um conjunto de indicadores. Importante dizer que a Agenda 2030 e ODS não é a mesma coisa. Os ODS fazem parte dessa Agenda, eles são o núcleo dessa Agenda, mas a Agenda é mais ampla. E aí também chega ao que a Subsecretária Ana comentou anteriormente, que se entrou agora em 2021 na década de ação dos ODS estipulada pela ONU, que tem por objetivo, justamente, de acelerar as ações em prol dos ODS. E para que os resultados sejam efetivos é muito importante o papel dos Estados e dos municípios, porque são eles que estão melhor posicionados para aumentar a consciência da população sobre a importância e sobre a relevância desses ODS e somado a isso, para o Estado do Rio de Janeiro tem o fato já anteriormente mencionado de que o Estado aderiu ao Pacto Global da ONU em dezembro de 2019. Então, foi assumida a responsabilidade de contribuir para o alcance dos ODS. Todo esse trabalho feito pelos municípios e pelos estados em prol dos ODS da Agenda 2030 é o que se chama de "localização ou territorialização da Agenda 2020", que é justamente considerar as particularidades locais e montar políticas específicas e adaptações para o cumprimento dessa Agenda. Esse processo de localização visa promover a integração das políticas públicos dos estados, dos municípios, com as metas dos ODS, aquelas 169 metas mencionadas. E aí a ONU aponta algumas bases de planejamento em nível subnacional em que isso possa ser feito, como p.e., o alinhamento dos PPA, que já foi comentado, e o incentivo a premiação e a sistematização das boas práticas, inclusive por meio de observatórios. Então, o que seriam os observatórios, explorando um pouco do conhecimento acadêmico e científico dentre as várias classificações de observatórios que existem. Debordeaux colocou que eles têm por objetivos amenizar as insuficiências do sistema de informação e coleta de dados existentes, mas orientado especificamente para a produção de uma informação operacional útil à ação, isto é, integra uma dimensão estratégica e não apenas a produção de conhecimento. Com isso é um tipo de informação mais próxima da preocupação dos que estão diretamente envolvidos e responsáveis pelas politicas públicas. E como falado existe uma diversidade de modelos de observatórios, dentre eles os que associam a colaboração para intervenção e formulação de políticas públicas. E esse tipo de observatório está inserido na própria estrutura do aparato estatal, financiado com recurso público. Este observatório para os ODS para a agenda 2030 para o Estado do Rio de Janeiro é um projeto com duração prevista de 15 meses com área de influência para todo o Estado, tendo este projeto como objetivo geral a criação da plataforma, do site, da ferramenta que vai dar vida ao observatório. Construir um observatório na web para incentivar, mapear, divulgar as ações dos municípios e do estado em prol do ODS. E com isso ver como está a implementação da agenda 2030 no Estado do Rio. Os objetivos específicos estão no formulário que foi recebido pelos senhores no material da reunião, mas esse primeiro de centralizar na web as informações sobre a implementação da Agenda 2030 no ERJ, sendo

alimentado, principalmente por municípios e secretarias do Estado. É uma forma de destacar que os municípios vão ter uma participação ativa na construção e no andamento desse observatório com o input de dados inclusive, e, outro destaque que se enxerga como principal produto deste observatório é um conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável para o Estado, que é esse trabalho que inclusive já startou nas articulações com o CEPERJ, com a SEPLAG, com o próprio IBGE, que é o órgão responsável pela formulação dos indicadores nacionais e começa também uma articulação com o IPEA, e trago aqui uma curiosidade para vocês saberem que o Brasil foi um dos primeiros senão o primeiro a nacionalizar a Agenda 2030, adaptar as metas dessa agenda global para o cenário nacional e lançou um documento bem completo com a nacionalização dessa agenda. O IPEA e o IBGE tiveram uma participação muito especial na nacionalização da agenda 2030, e se está trazendo essas instituições para o junto da Secretaria para a formulação dos indicadores para o desenvolvimento sustentável para o Estado. E seguem os demais objetivos que se procura atender com essa ferramenta que se quer é não só ter indicadores, ter relatórios e gráficos e sistematizar, mas que é também que essa ferramenta tenha um lado mais leve, que se tenha espaço para colocar publicações, downloads, colocar notícias, para dar visibilidade a todas as iniciativas em prol dos ODS. Então, se terá os dados que serão necessários e que comporão os índices que vão gerar os indicadores de desenvolvimento sustentável, mas ainda que, p.e., um município não tenha ainda dados que levem a contribuir para esses indicadores, mas tenha iniciativas importantes em prol dos ODS, eles vão ter um espaço para cadastro das suas iniciativas, para que se possa dar reconhecimento e incentivos a essas iniciativas. Isso está no material que foi recebido para a reunião, sobre os objetivos específicos, prossegue a Coordenadora Natália. E, seguindo, as metas do projeto, que são metas para criação dessa plataforma na web, não as metas do observatório como um todo. Ela envolve os setores estratégicos do Governo do Estado e estratégicos para o Governo do Estado, no tocante a agenda do desenvolvimento sustentável na formulação desse observatório que é justamente o trabalho que vem sendo feito e construindo com esses órgãos já citados e com a própria Firjan que se vem conversando. Tem a etapa de levantar requisitos para o observatório, e aí já começa a falar do desenvolvimento da plataforma, desenvolver o observatório na web, capacitar os usuários da Seas, do Inea e atores parceiros e internalizar o conhecimento técnico do observatório na equipe da Getec/Inea, para que uma vez elaborado essa plataforma fique com a Secretaria e se tenha a governança e a autonomia para usá-la, expandi-la. Em seguida, todos os resultados que se espera alcançar uma vez tendo esse observatório, que é ser referência de um local de consulta do público em geral, quanto aos avanços do desenvolvimento sustentável no Estado. Conseguir difundir essas 17 ODS, 169 metas, e gerar mais engajamento em prol dessa agenda, integrar as políticas públicas às metas, que é esse trabalho que já iniciou, e começou também em relação ao PPA, aumentar o conhecimento e a consciência sobre a importância desses ODS, compartilhar conhecimentos e ter o conjunto de informações concretas e sistematizadas quanto ao avanço desses objetivos no Estado. Então, o valor total orçado para construir essa ferramenta ficou em R$ 739.200,00. Esse foi um orçamento, não só o orçamento como toda escrita do projeto que foi feita em parceria com a Gerência de Tecnologia do Inea e, aproveito para agradecer pela parceria, prossegue falando sobre os elementos principais que compõem esse valor global, que a Getec entendeu o que se queria e a partir desse entendimento foi traçado os serviços que seriam necessários para construir essa plataforma, considerando perfis de profissionais específicos e durante quanto tempo. A partir disso, se chegou na quantidade desses serviços que a unidade de medida utilizada foram as OST, que são unidades específicas para esses serviços de tecnologia e para chegar na quantidade de OST para determinado serviço precisa considerar o tempo de duração da atividade e o peso da atividade, se chegando nas quantidades das OST e essas OST têm um custo unitário que foi traçado com base média do custo de mercado de OST. Quando se chegou, então, no valor global do orçamento. O próximo quadro é um resumo dos custos do cronograma de execução e de desembolso, que se consegue ter uma ideia dos custos das macro-atividades, e do

desembolso trimestral, encerrando a apresentação trazendo referências de observatórios nacionais que já existem trabalhando essa temática. São Paulo já começou, tem o Observatório do Futuro. Em São Paulo esse observatório é encabeçado pelo TCE em parceria com o PNUD, que é o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, e foi o TCE porque o Tribunal já tinha indicadores e índices que usavam parâmetros que se associavam as ODS, aproveitando esse trabalho e criaram o Observatório do Futuro. O Paraná tem o Portal Boas Práticas ODS, não conseguindo, ainda, fazer indicadores. Então o portal das ODS do Paraná é um portal para todas as inciativas em prol dos ODS. A Associação Brasileira dos Municípios também tem o Observatório de Políticas Públicas, que é um observatório que considera tanto os objetivos de desenvolvimento sustentável quanto a nova agenda urbana da ONU, que é também uma iniciativa, uma ação da ONU, só que mais voltada para os centros urbanos em que ela traz uma proposta de remodelar os ambientes urbanos e os contextos das cidades para que as cidades sejam soluções para os desafios do desenvolvimento sustentável hoje. E tem, também, o Observatório do Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação que é o Observatório de Inovação para as cidades sustentáveis, também, no âmbito das cidades. Esse observatório é um observatório que serve para mapear inovações em prol da sustentabilidade. Tendo indicadores e temas específicos que são temas que conversam de forma muito próxima com os ODS e se baseiam na implementação dessa agenda. A Coordenadora Natália encerra a apresentação, agradecendo a todos estando à disposição para as perguntas. O Presidente agradece a Subsecretária Ana e a Coordenadora Natália, abrindo para perguntas, começando pelo Conselheiro Leonardo Lobo. O Conselheiro querendo colocar a sua percepção, diz que foi ótima a apresentação, acho que fugiu daquilo que para o grupo do Fecam é fundamental que é entender o produto. O Estado tem compromissos com os ODS, e todos vão apoiar o que for preciso para Estado chegar lá. Então, o que foi dito é que ainda tem que fazer os indicadores, parece que é grande o trabalho de casa para fazer, antes de ter uma plataforma. Outra coisa, o que é exatamente esta plataforma. Está falando de um website, está falando de que, isto é que seria o cor da apresentação. Não ficou claro. A apresentação ficou muito no mérito, no mérito já ganhou, porque o Estado assinou um compromisso. Isso já estava resolvido. A apresentação não ficou naquilo que é fundamental. O que vai ser entregue de produto. Mais ainda esse produto é a plataforma só, o conteúdo dessa plataforma que depende de ordem do Estado não deveria vir antes dessa plataforma, essa é uma dúvida. Senão se gasta 700 mil, ainda que isso dentro do próprio orçamento do Fecam seja muito pouco, mas vai se gastar 700 mil para fazer um website, qual seria o conteúdo disto. Não teria que ser o contrário não teria que vir primeiro o conteúdo e depois o website. É grande a dificuldade para entender o que estão entregando. Foi entendido como se constrói as metas, uma coisa tecnológica sem saber exatamente o que é. É difícil aprovar alguma coisa que não se está entendendo. Foca no produto o que você vai entregar. O que vai ser entregue agora. Estamos aqui para fazer uma alocação de recursos e a alocação de recursos significa a entrega de um produto. Se entregar um website vazio, sendo um órgão de controle, vou perguntar para que um website para ficar vazio, seria a primeira pergunta. Falta quanto para se chegar a esses indicadores? Falta quanto para se colocar conteúdo nesse website? Estou entendendo que está sendo modificada a ordem das coisas. Percepção que pode estar absolutamente equivocada. Só queria um esclarecimento, finaliza o Conselheiro Leonardo. A Subsecretária Ana Asti esclarece o Conselheiro. Na verdade, o recurso que se esta pedindo é realmente só para a ferramenta tecnológica, porque já tem a equipe técnica do próprio Estado trabalhando na entrega dos indicadores e do conteúdo. Na minha fala inicial, explica a Subsecretária, e por isso na apresentação não foi falado muito sobre isso, porque o recurso é referente a tecnologia e o Conselheiro tem toda razão. Tem um grupo de trabalho entre a Seas, a Subsecretária de Sustentabilidade faz parte desse grupo, a Seplag, com a Subsecretária do Montese, a Ceperj, o IBGE, hoje eles fazem parte de um grupo que está exatamente definindo, neste momento, estes indicadores. E esses indicadores vão ser calculados com os dados que o próprio Ceperj vai trabalhar como instituição do Estado responsável por definição dos indicadores. Então, o grupo de trabalho já está fazendo este

trabalho e já está fazendo esta construção dos indicadores com base nas metas no IBGE para o Brasil. Se exatamente trazendo isso agora fazendo essa aproximação com o Estado. Esse é um processo que vai ficar pronto antes da plataforma ficar pronta. Porque a plataforma vai levar mais ou menos um ano para ficar pronta pelo cálculo que está no cronograma. Então, é algo que já vem sendo feito, já iniciou e está acontecendo de forma paralela. Então, quanto essa plataforma existir vai ter dentro dela esse observatório, com essas informações dos indicadores. No site do ICMS Verde que também um observatório específico sobre ICMS Verde, e lá se pode encontrar também os gráficos, as tabelas, as informações que formam os indicadores. Então, nesse sentido não precisa se preocupar, porque daqui a um ano quando tiver essa plataforma pronta e mais ou menos o período que se está imaginando são 15 meses, já vai ter, inclusive, publicação, vai poder fazer, mas ainda não na web, mas de relatórios de sustentabilidade que já se quer fazer através desse grupo de trabalho, linkando, em especial, com o PPA da Secretaria, motivo pelo qual a Seplag, a Subsecretaria do Anderson Montese, está no projeto com a Subsecretaria de Sustentabilidade. Então, nesse sentido já se está trabalhando na questão da plataforma, porque se for esperar todo o conteúdo ficar pronto e a plataforma vai levar dois a três anos para fazer isso. Então, está se trabalhando de forma paralela. Mas a plataforma já vai ser lançada com todo o conteúdo com todos os indicadores definidos aqui no Estado, enfim, com as informações prontas. Ficou claro, pergunta a Subsecretária? O Conselheiro Leonardo diz que está entendido. O Presidente agradece e passa para o Conselheiro Helan, que inicia falando que vai fazer apenas dois comentários. E prosseguindo, as organizações sociais estão muito empenhadas na questão dos ODS, inclusive na reunião de ontem participou o Mauro Pereira, dos Defensores do Planeta, que é um dos grandes defensores dessa proposta aqui nos centros urbanos, Gostaria de colocar que as organizações sociais como um todo vem focando muito esse trabalho com a participação das escolas, gostaria que fosse falado como vai ser a divulgação dessa plataforma nas escolas, tendo em vista que é o melhor divulgador, as crianças das escolas municipais e estaduais, elas são no entender da Associação suma das maiores interessadas na questão dos ODS, entender a Agenda 2030, queria que fosse falado um pouco, qual é a preocupação que se tem para divulgar isso nas escolas, quando a plataforma fica pronta, pelo que foi entendido esse recurso é só para desenvolver o produto, porque o conteúdo já está sendo trabalhado. Encerrando sua pergunta. A Subsecretária Ana responde e agradece a colocação do Conselheiro porque na Subsecretaria de Sustentabilidade tem outra Coordenação que é a Coordenação de Educação Ambiental e já vem trabalhando a questão do conteúdo dos ODS e também do ponto de vista da educação ambiental. E essa ligação que o Conselheiro trouxe na reunião entre a questão das escolas e dos jovens interagindo com a plataforma dos ODS e a Natália trouxe na apresentação dela a possibilidade trazendo essas experiências. Interessante estar divulgando como aplica na prática a educação ambiental atrelada as ODS, isso é fundamental. Então, tanto em relação a rede estadual quanto em relação a rede municipal tem um trabalho, concordando 100% com você, muito grande para fazer no tema da educação ambiental e dos ODS e esta plataforma vai ser uma ferramenta fundamental para fazer isso, vai ser uma ferramenta muito importante que permitir fazer essa comunicação mais direta. Foi muito interessante a participação da Defensores no evento ontem, exatamente sobre o engajamento multisetorial da Agenda 2030 da ONU, porque eles já estão bem avançados nesse trabalho através da sociedade civil e que se quer muito que esse plataforma tenha essa interação com a sociedade civil, que se possa estar realmente reunindo tanto a iniciativa privada, tanto o setor empresarial, o terceiro setor, como o poder público em torno desse debate. E se acredita que vai se acirrar e vai aumentar e ganhar bastante escala com a proximidade da Rio+30. Então, está guardado o contato da Defensores para entrar em contato com eles, porque eles têm um trabalho incrível nessa área e com certeza eles vão colaborar muito com essa construção com a Secretaria. O Conselheiro interrompe, só complementando, em Caxias, está nos ouvindo aqui o nosso Conselheiro José Miguel, ele articulou uma apresentação dos ODS nas escolas municipais aqui em Duque de Caxias e foi um sucesso

muito grande. O interesse da garotada sobre a temática foi muito bom e por isso que os ODS seria bastante proveitoso se fosse divulgado nas escolas a partir dessa plataforma, agradecendo a Subsecretária Ana, que responde também agradecendo que o Conselheiro mostrou aqui que mais uma utilidade fundamental da plataforma e vai ser levado em consideração, porque o fundamental é o futuro, literalmente, falando com quem vai construir o futuro. O Presidente passa a palavra a Firjan, para o Conselheiro Peron, que inicia falando que pela quantidade de vídeos que a Ana citou a Firjan em relação à questão do envolvimento da Firjan, e o trabalho em relação aos ODS, a Firjan não tem nenhuma questão a perguntar ao contrário exaltar a importância que esse trabalho, que esse observatório tem pela outras experiências que foram apresentadas durante o que foi apresentado dos outros Estados, se tem muito pouco iniciativas neste sentido, então o Estado do Rio de Janeiro é, uma vez avançando nesse observatório, tende ser tornar um estado pioneiro nessa temática com uma possiblidade bastante grande de ter resultados concretos até maiores que os outros estados, mais rápido. Uma coisa que queria ressaltar, diz o Conselheiro, é a importância de que se tem percebido no acompanhamento, a Firjan também é signatária do Pacto Global, desde 2018 e a importância que se tem visto da necessidade de se explorar cada vez mais a questão dos indicadores, indicadores principalmente a nível municipal e estadual. E o observatório responde muito bem a essa necessidade e tem um foco bastante específico na construção dos indicadores, na comunicação dos comunicadores. O Conselheiro diz que comentou, ontem, com a Ana durante o evento na Firjan, que foi iniciado um exercício sobre esses indicadores e se coloca mais vez e reitero a oportunidade de compartilhar todos o material, o conhecimento acumulado tem a respeito disso, porque a intenção era exatamente isso, de criar um observatório para enxergar o avanço dessa agenda no âmbito municipal e ter uma consolidação a nível estadual. Então, a Firjan se coloca para colaborar com esse processo se assim o Estado entender como necessário. O Presidente agradece e inicia a votação do projeto e todos os Conselheiros aprovam o projeto. O Presidente agradece as expositoras retornando para a pauta e para o próximo projeto a ser apresentado. **II.3 Proponente Dirram/Inea, Projeto "Projeto Executivo e Obras para Canalização do Canal Colonizador e Urbanização da Praça, Município de Belford Roxo" – valor de R$ 14.830.155,72 – prazo 12 meses – Processo SEI-070002/002315/2021** O Presidente comunica quem vai apresentar é a Diretoria de Recuperação Ambiental. O Gerente de Projetos da Dirram João Rocha inicia sua apresentação se apresentando, informando que já apresentou outros projetos, recentemente, de canalização e agora está trazendo para apresentação aos Conselheiros o Canal do Colonizador que fica em Belford Roxo. Essa série de projetos que vinham sendo fomentados a alguns anos e tentando sair do local que estava a Dirram trabalhando muito nos projetos de manutenção e de ações mais preventivas como as Ecobarreiras, como o projeto Limpa Rio, e sem dúvida de maior alcance e mais importante para a Diretoria, mas era muito importante também tirar do papel algumas obras que já estavam há muito tempo paradas e são na verdade obras de canalização, que fazem parte de outros projetos maiores. Hoje está se trazendo esse de Belford Roxo que tem ligação com o Projeto Iguaçu que foi feito há muito tempo atrás em 2010, vem ser feito em etapas, não com a configuração do PAC que foi o projeto Iguaçu, mas com ações pontuais. Então, o canal do Colonizador está ligado à rede de macrodrenagem do município de Belford Roxo levando uma grande área de contribuição para o rio Sarapuí. O rio Sarapuí e o rio Iguaçu formam esse duo de rios que são importantíssimos para a macrodrenagem da região. O rio Sarapuí foi objeto desse projeto Iguaçu, uma grande obra de dragagem e depois complementada com algumas obras de criação de polderes, área reservatórios pulmão para justamente aliviar a pressão sobre a malha urbana que não parou de crescer desde aquelas intervenções. E essa obras que estavam previstas lá atrás ficaram guardadas para um futuro quando fosse possível viabilizar essas obras. Então hoje se tem um cenário e se atua muito no polder do Outeiro, já foi mostrado em algumas obras e projetos voltados para o polder do Outeiro, onde se tem um conjunto de bombas, e toda região do polder do Outeiro está à direita e acima da região do Colonizador. Então, de forma que essa

área do Colonizador e uma área eu vem crescendo muito com pouca estrutura urbana e com uma necessidade de drenagem muito grande. As inundações são recorrentes nesta região. O que houve, continua o Gerente a sua explanação, um quadro que se encontra em toda região da baixada fluminense, um quadro de ocupação das faixas marginais, canais que muitas vezes foram abertos na época da SERLA, canais de macrodrenagem foram abertos e que não foram bem executados, na medida em que as cotas de soleiras das casas em redor ficaram muito baixas. O que se tem ali, na verdade é um cenário preocupante de retorno, às vezes do efeito de maré que acabam sobrecarregando os canais de contribuição do Sarapuí, e às vezes os rios menores acabam tendo reflexo desse efeito de maré. Então essa obra do Colonizador vem no sentido de não só resolver esse problema pontual dessa região, desse bairro chamado Parque São Jorge, também, para permitir adequada ocupação dessas faixas marginais, que embora já estejam ocupadas ainda existe espeço para fazer uma urbanização. Então, como foi debatido anteriormente no último projeto que foi apresentado tanto do rio Roncador como do rio Viegas, a questão da urbanização. Nesse caso teve uma sinalização da Prefeitura de Belford Roxo de que os primeiros 400 metros desse canal de que seria interessante fazer uma urbanização, porque é uma área muito carente. Então está se propondo, a própria Prefeitura, o projeto que a Prefeitura desenvolveu prevendo os primeiros 400 metros em galeria fechada para urbanização de uma de uma praça com equipamentos de academia para a terceira idade, quadras de esporte dentro da medida cabível, porque é uma área estreita, mas são obras de urbanização que não preenchem todo o canal que não seria necessário, e pelo menos os primeiros 400 metros seriam feitos essa canalização fechada com urbanização. E depois o resto segue em galeria aberta com consolidação dos taludes laterais. Como foi falado o objetivo geral é dar continuidade ao trabalho de macrodrenagem que foi concebido desde o projeto Iguaçu e o objetivo específico é estar atuando nesse canal do Colonizador fazendo o primeiro trecho de galerias fechadas, com urbanização e depois a galeria aberta. As atividades previstas seguem o cronograma e a planilha orçamentária que foram desenvolvidas a partir do projeto básico encaminhado pela Prefeitura. Então, teria aquelas etapas tradicionais da administração local, serviços preliminares, e nesse caso vai precisar desenvolver o projeto executivo, principalmente pelo detalhamento estrutural das galerias, a execução da canalização e por fim a urbanização dessa praça que correspondem aos primeiros 400 metros desse canal. A justificativa já foi antecipada que foi falada no começo e o valor que estimou a partir do material encaminhado pela Prefeitura de Belford Roxo é de R$ 14.830.155,00 e o prazo de execução 12 meses, considerando que os 3 primeiros meses tem a etapa de elaboração do projeto executivo e a complementação dos serviços de campo. O que foi identificado e foi alinhado com a Prefeitura de Belford Roxo e também estão alinhando quando for protocolar junto a Dilam para fazer o licenciamento. Algumas questões relativas à drenagem urbana e esgotamento sanitário, que se sabe que o esgotamento sanitário na região é, apear de existir o plano de saneamento básico da Prefeitura, as obras de saneamento não estão andando na velocidade que seria adequada para a obra, então está sendo alinhado junto a Prefeitura um projeto complementar que está sendo desenvolvido por eles para sanar os problemas das ligações clandestinas que são feitas diretamente no canal. Então, esse valor e esse prazo de execução também estão atrelados a questão do processo que se está dando entrada na Dilam para fazer o licenciamento e dessas intervenções que a Prefeitura de Belford Roxo está se comprometendo a realizar. Finaliza se colocando à disposição dos Conselheiros. O Presidente agradece e passa a palavra ao Conselheiro Helan da Apedema. O Conselheiro Helan cumprimenta o Gerente João, e inicia sua pergunta, explicando que é sempre favorável aos projetos de mitigação dos problemas de cheias que o Estado do Rio de Janeiro tem como um todo. Então sempre que é apresentado esses projetos de cheias o Conselheiro Helan se diz favorável. Nesse de Belford Roxo, continua, não é diferente, o interesse em ver essa população melhorar um pouco a qualidade de vida, tendo em vista que toda vez que essas inundações acontecem os moradores que das faixas marginais, que não deveriam estar ali mas estão por conta da necessidade, perdendo o pouco do que têm. No objetivo geral está que

concerne a ocupação na faixa marginal de proteção é o caso presente de ter morador na faixa marginal ou não? O Gerente João responde que a situação que se tem é a seguinte, se desculpando porque faltou um slide, mas os primeiros 400 metros, este que se está urbanizando, as casas estão a uma distância que permitem vias carroçáveis, dos dois lados mais a calha do rio, leia-se a calha do rio não só o próprio corpo hídrico, mas a margem que ainda não foi conformada, muito irregular, que hoje, infelizmente a população joga lixo, deixando entulho, que se está bastante acostumado a ver. Então, na verdade esses primeiros 400 metros tem uma ocupação da faixa marginal não é aquele caso clássico das casas em cima do rio ou com os seus muros no limite do rio, com vias carroçáveis dos dois lados, por isso a intenção da Prefeitura de consolidar esses primeiros 400 metros. Depois tem mais os 800 metros de rio a serem canalizados que no final tem um trecho de aproximadamente 250 metros com casas nessa situação de dar o seu muro direto no rio. Ocorre que esse projeto de canalização já prevê um realinhamento desse trecho final. De forma que nesse trecho final vai conseguir recuperar vias dos dois lados. Não se sabe ainda pelo projeto que chegou para a Diretoria, porque se pediu um preço final pela complementação da topografia para ver a altura da soleira das casas. Essa é outra questão que deve chegar e por isso que não foi dada a entrada no Dilam, mas nesse trecho final que teoricamente o rio está com uma faixa marginal ocupada, pelo próprio realinhamento do canal na obra, tem esse objetivo de permitir o acesso e a consolidação, pelo menos de uma área carroçável, que dê para colocar alguma calçada, plantar umas árvores que vão permitir a ocupação e a consolidação da margem sem ser com o avanço das casas. Porque já tem um caso que de casas que se projetaram sobre o rio para terem acesso a via carroçável que está do outro lado e aí a pessoa acabou fazendo primeiro uma laje para acessar a casa e depois reforçou e hoje virou a garagem e ele morou na garagem. Então, esse é o primeiro ponto no final do trecho de casa que já avançou por sobre o rio. E é o pior cenário que tem que ser evitado de todo jeito. Então, a intervenção vem muito adequada sobre o ponto de vista do time de evitar uma ocupação pior desse trecho final. E aí o projeto já prevê esse realinhamento e o desfazimento dessa benfeitoria que além de ser recente é segundo a vistoria que foi feita com os técnicos da Prefeitura feita recentemente, o morador já entendeu que aquilo está totalmente equivocado e sabe que vai ter que sair no início das obras. Essa é o primeiro ponto de uma casa que se projetou sobre o rio de forma totalmente irregular. Então a faixa marginal de fosse demarcada seguindo todos os protocolos e procedimentos têm até uma área ocupada por casas, mas na verdade o projeto tenta resolver e equacionar essa situação finaliza o Gerente João. O Presidente agradece e passa a palavra para a Firjan ao Conselheiro Jorge Peron. Que começa parabenizando o Gerente pela apresentação e disponibilização do material que está muito rico, e ajuda muito na avaliação do projeto e é exatamente a observação que foi feita no primeiro projeto sobre a carência de algumas informações, que se tenha conforto ao tomar uma decisão e avançar com esse processo. Tem cronograma de execução, cronograma de desembolso, as condições inclusive de desembolso, tem termo de referência trazendo fotos. Fala sobre as medições que vão ser realizadas ao longo do processo e que isso vai ser feito durante todo o tempo de execução. Continua o Conselheiro, que faz algumas considerações para depois se puder complementar pelo Gerente, O projeto está previsto ser realizado em 12 meses, considerando os três primeiros meses para a realização do projeto executivo. Esse prazo não está muito otimista, doze meses para a realização da intervenção no canal e considerando ainda 3 meses do projeto executivo, esse é o primeiro ponto. E aí uma questão que já foi trazido na penúltima reunião, a respeito do que se tem aprovado, um conjunto de ações e todas elas válidas assim como essa, para intervenção em corpos hídricos, para desassoreamento, pensando no bem estar da população e drenagem adequada de água de chuva, principalmente. Em algum momento precisaria enxergar e desenvolver, imagino que não seja o Fecam, não seja a Dirram, prossegue o Conselheiro, mas o Inea ou a Seas precisaria incorporar isso sobre ações preventivas, porque senão vai se ficar enxugando gelo e fazendo correções ad eterno. E em ações junto com a Prefeitura para desassoreamento, principalmente desses canais, gestão de

resíduos sólidos, porque um comentário que foi feito, a população, o ordenamento, ou a falta de um ordenamento urbano acaba provocando essas ações ou acelerando as ações de assoreamento e a gestão adequada de resíduos sólidos urbanos, principalmente a questão de coleta e destinação adequada de resíduos na região e também ações de saneamento, uma ação que precisa ser pensada nesse coletivo. Então, eram essas as considerações, as perguntas finaliza o Conselheiro Peron. O Gerente João agradece e também sobre os elogios que foram colocados, a Gerência está procurando para não deixar de ser justo, esse trabalho está sendo feito junto com a Seplag, e a Procuradoria, para ser mais rigoroso que nos termos de referência nessa parte das medições. Então, é interessante que uma instituição e outra vão ajudando para que se deixe tudo mais arrumado. Essas ações, o que se tem procurado fazer na Dirram e se sente essa necessidade de, e o Presidente comentou sobre essas áreas de suscetibilidade de inundações, essa é uma ferramenta importantíssima que pode trazer dentro estudo técnico preliminar, que uma dessas ferramentas que está sendo mais cobrado pela PGE e pela Seplag, pode ser incorporada, esse instrumento, para reforçar o caráter dessas obras que estão sendo feitas. Só que tem esse aspecto importante que o Conselheiro colocou. Se isso não for bem alinhado com as Prefeituras, a Dirram tem um desafio que está sendo enfrentado no Colonizador. Como a urbanização foi feita ainda num trecho de rua ainda não pavimentado ainda tem casas que abaixo da cota de projeto. Então tem que equacionar isto antes de fazer a canalização e a pavimentação da rua. Então essas ações de saneamento, de saneamento ambiental têm que ser cobrada de que os planos de saneamento sejam tirados do papel e que também de uma forma célere para que intervenções sejam feitas de forma compatível. Senão está passando uma canalização, o rio vai começar a funcionar e do outro continuar alagando, a população vai ter o efeito contrário do benefício da obra, achando que a obra de canalização começou a dar retorno nas casas, agora alaga e não alagava tanto antes e ai se terá um efeito contrário do objetivo que se quer. E por isso, que a Dirram está muito junto da Prefeitura e exigindo que se comprometa com esses projetos senão a obra pode ter esse impacto negativo. Mas no trecho final como foi descrito ele pode ter esse impacto negativo, mas a princípio a questão esta sendo equacionada, finaliza Gerente João. O Presidente agradece, acrescentando sobre um ponto falado pelo gerente, hoje se está num processo de concessão da Cedae não na parte de concessão de água não na parte de produção de água, mas parte de saneamento e distribuições de água. Belford Roxo está no lote 4 e já aderiu o processo, então já tem num futuro próximo a demanda para dessa concessionária da universalização do esgotamento sanitário. É claro que resíduo e esgotamento sanitário, é uma função prioritariamente da Prefeitura, mas toda vez que se vai executar essas obras de contrapartida se pede que a Prefeitura apoie e de alguma forma melhore o sistema ambiental para que não acontecer justamente o que o Gerente João falou que o problema não ser mitigado e depois além disso se achar que o problema foi dado segundo a obra. Mas posso falar João, diz o Presidente, estive na baixada fluminense, em duque de Caxias especificamente, para reunião com os moradores sobre o Roncador já aprovado neste Conselho fui ver uma obra já terminada do canal Faria, que teve um processo muito parecido com o que o João apresentou aqui de um confinamento por humanização. Deu para ver no rosto das pessoas como muda a vida delas, como inclusive aumenta o valor imobiliário das pessoas que vivem naquele local. Então se tem uma questão de alto estima e de pertencimento daquele canal daquele rio, de apropriação, que foi muito interessante de poder ver in loco. E quando acabar a obra vai poder ver passeando pelo local como isso melhora a qualidade de vida das pessoas que vivem nesse entorno. Então, inclusive no ambiente de negócios, lojas, começam ter mais circulação, completa o Presidente, dizendo que vai passar a palavra para o Conselheiro Leonardo Lobo. O Conselheiro começa tem alguma dúvidas parecidas como as da última reunião sobre a Prefeitura de fato entregar essas obras e a preocupação que como é difícil essa relação com o subnacional e como é difícil conseguir casar vontade e as possiblidades muitas vezes financeiras das Prefeituras, todas muito piores que o Estado, e o Estado não está muito bem, com a velocidade que vai executar essa obra,

Dando tudo certo é resolvido em um ano um ano e meio. Mas será que a Prefeitura de fato consegue garantir que vai fazer a parte de esgotamento sanitário, e a pergunta é a que você colocou. Na medida em que um concessionário entre em Belford Roxo de início está estaria dentro das obrigações, dentro do escopo da concessão? São dúvidas que gostaria de saber se vocês têm a resposta, diz o Conselheiro, O Presidente pede ao Gerente para responder. São duas perguntas, em relação à garantia das Prefeituras, na verdade as prefeituras quando solicitam essas obras elas assumem esse compromisso, obviamente que assim como nós e eles existem coisas que acontecem no meio do processo, no meio da Covid, alguma coisa, algum arresto, enfim, mas o processo da parte do Inea, independente se no final vai ter uma praça da terceira idade ou não, alguma coisa desse tipo, a obra é necessária para a melhoria do ambiente. Em relação à concessionária está previsto sim, qual o trabalho que está sendo realizado agora em relação à concessionária liderada pelo Humberto e várias secretarias estão participando, acredito que a Seplag e a Sefaz também estejam com representantes. É desenvolvimento de matriz de responsabilidade. O que está no escopo dessa concessão, Belford Roxo está no escopo dessa concessão, o que não está no escopo da concessão que o Estado vai ter que complementar a universalização do esgotamento sanitário e o que está no escopo dessa licitação, mas que já está como obra iniciada como vai ser tratado. Vai repassar no meio do processo para a concessionária ou termina e depois renegocia isso. É outro fórum. Mas é só para este grupo tem em mente que é o passo que se está. Belford Roxo está lote 4 da concessão, vão ser feitos por etapas e a ideia é que em alguns anos todos municípios contemplados pelo concessão estejam com o problema de esgotamento sanitário sanado, finaliza o Presidente.. O Gerente João comunica que gostaria de complementar sobre o aspecto técnico é que o que foi sentido falta, o corpo técnico, gerência de projetos e a Dirram que vai executar a obra, o que se quer é o projeto deles, é o projeto que está previsto para rua e a cota das ligações domiciliares para ter certeza e segurança de que o projeto não está interferindo nessa cota. Então no final do trecho final da rua é uma ocupação de rua de terra com cotas irregulares, algumas casas estão mais baixas, isso é importante, e pelo menos para que se faça o procedimento do processo de licenciamento ambiental, essas informações já estejam na Diretoria, porque as vezes vai solicitar que seja alterado 10 cm a borda livre do projeto ou vai mudar a geometria do projeto, já livrou a casa do sujeito de ter o esgoto retornando. Então, na verdade, neste momento, era muito importante ter o compromisso da prefeitura de apresentar as cotas e o projeto dela o que ela prevê para aquela região. E aí sim, tem todo esse aspecto que o Presidente colocou, que a prefeitura arranja uma político administrativas de que vai ser responsável pela obra, quem vai ser executada. Para tirar a obra do papel que é importante vai trazer uma melhoria enorme, também quer ter o compromisso deles de que pelo menos já tenham essas informações de cota de ligação domiciliar para que o projeto seja o mais adequado possível. Por esse ponto de vista é que foi feito essas exigências antes mesmo de protocolar na Dilan o licenciamento já foi solicitado a Prefeitura e ela já tem um plano para aquela região, estão encaminhando e vai ser juntado ao processo, um aspecto mais técnico é esse, conclui o Gerente João. O Presidente coloca em votação e todos os Conselheiros aprovam. O Presidente prossegue passando ao próximo projeto a ser apresentado. **II.4 – Proponente – Diseq/Inea – Projeto "Mapeamento da Susceptibilidade a Inundação no ERJ" – Valor R$ 2.445.758,00 – Prazo – 24 meses – Processo SEI-070002/007444/2020.** A Gerente de Segurança Hídrica Larissa, da Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental se apresenta e inicia sua exposição o dizendo que está trazendo a proposto deste projeto de mapeamento de inundações do ERJ, vem corroborando a fala do João e do Jorge Peron, da Firjan, essa necessidade que se tem ter esse mapeamento para direcionar ações de prevenção para a questão das inundações. Uma contextualização, se sabe que o Estado do Rio de Janeiro sofre muito com a questão de inundação em toda parte do território. Não última década teve vários eventos distribuídos ao longo do território, na região norte-noroeste, na região serrana, na região de Angra, aqui na capital fluminense. Então, é problemas que causa muitos desastres, atingindo diretamente a população e ao meio

ambiente. Então, compete ao poder público conforme a constituição estadual, proteger e restaurar a integridade do patrimônio genético, biológico, paisagístico, histórico, arquitetônico, E como se pode agir na questão de mitigação e para evitar esses impactos na ocorrência de inundações. É uma referência, uma metodologia adotada na região europeia uma Diretiva que traz como referência uma elaboração de estudos e mapeamento de susceptibilidade num primeiro momento onde cria uma ferramenta para o poder público direcionar as suas ações, por que se tem isso mapeado e indicado, quais seriam as áreas prioritárias que ocorrem as inundações e um segundo momento o mapeamento de perigo e risco, que é algo mais pontual, mais local, onde já avança para atuação dos projetos e das ações de mitigação que precisam ser feitas no local. Então, a proposta do projeto é elaborar esse mapeamento de susceptibilidade de inundações para todas as regiões hidrográficas do Estado e trazendo as indicações das regiões mais críticas através de indicadores. E num segundo momento para as áreas prioritárias poder avançar para esse mapeamento de perigo e risco. Que aí subsidia as ações mais de prevenção e mitigação das enchentes envolvendo várias políticas setoriais de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano e meio ambiente. Como objetivos específicos primeiro deles o estabelecimento de índices e indicadores para caracterizar as inundações. Fazer um mapeamento dos locais suscetíveis a inundações, com o mapeamento consegue direcionar melhor as ações, p.e. no tocante ao Programa Limpa Rio, consegue detectar as áreas prioritárias e em que momento o limpa rio vai poder atuar e conseguir fornecer subsídios às Defesas Civis Municipais e Estaduais para fixação de protocolos e planos de contingência, visando minimizar esse danos e prejuízos associados as inundações. Fornecendo subsídios também em área prioritária para limpeza e manutenção preventiva do sistema de drenagem urbana e desenvolver esse mapas de perigo e risco das inundações para as regiões consideradas prioritárias. Esse mapeamento também permite uma maior aproximação com os municípios e aí na questão da prevenção em áreas que não estão ocupadas poder diretamente com eles e não permitir essa ocupação que eles incorporam o resultado desse estudo no plano diretor, e também é um projeto que está previsto no PPA do Inea. É um dos produtos previstos. Dentro desse projeto tem como, o passo a passo, primeiro fazer um diagnóstico de caraterização ambiental das áreas e aí fazer um levantamento das localidades, dos trechos dos rios críticas a inundação, cruza as bases existentes de uso e ocupação do solo, mapas de morfologia dos eventos e gera um modelo de susceptibilidade para o Estado, e a definição de índices e indicadores e chega no mapeamento de susceptibilidade por regiões hidrográficas e consegue esse panorama para o estado todo. No segundo momento para uma área prioritária que foi definida, se previu um primeiro projeto e futuramente consegue direcionar novas aprovações de recursos, novas ações do estado para outras regiões, fazer um aprofundamento que requer um levantamento aerofotogramétrico, uma definição melhor do modelo digital do terreno do local, fazendo simulações hidráulicas e consegue ter um mapeamento de manchas de inundações que é esse mapeamento de perigo e risco, conseguindo propor medidas de prevenção, mitigação e controle de inundações para essas áreas. Então, de uma forma prática os resultados esperados é esse mapa de suscetibilidade de inundações para as regiões hidrográficas. O modelo digital de terreno para alguma área que foi avançar e for considerada como prioritária. O mapeamento de perigo e risco para área prioritária e a proposição de macro medidas para prevenção e mitigação e controle. Então esse mapa de susceptibilidade que é o produto inicial, já a partir dele vai ter esse direcionamento das ações do estado tanto no tocante a prevenção e na elaboração dos projetos de controle de inundação também nas ações do Limpa Rio e também estar apoiando as defesas civis municipais e estadual. O valor do projeto é da ordem de R$ 2.400.000,00 e a execução num prazo de 24 meses. A Gerente Larissa agradece e fica à disposição das dúvidas sobre o projeto. O Presidente agradece a Larissa e começa pela Firjan. O Conselheiro parabeniza pela apresentação parece combinado que fazemos uma observação a respeito de um projeto anterior e de uma forma rapidamente já apresentaram uma proposta que tem uma vocação bastante interessante de potencial de trabalhar na prevenção e de indicar ações mais assertivas do poder público estadual e

regularizar nas ações preventivas. Sobre o projeto em si não tenho nenhuma consideração, mas só queria fazer uma observação a respeito de uma sinergia que percebi muito grande com um projeto que já foi aprovado em 2019, eu estava nessa reunião em 2019 no Fecam, que foi aprovação de um recurso bastante significativo, para que fosse feito um mapeamento no estado, na verdade numa escala de 1 para 25 mil, um mapeamento das áreas de risco geológico. Esse trabalho de risco geológico ele pode conversar esse trabalhar agora e servir de subsídios ou extrair desse trabalho desse projeto que foi aprovado algumas informações que podem melhorar o que vocês pretendem fazer. É só essa observação, encerra o Conselheiro Peron. A Conselheira Andrea pede para complementar essa consideração do Peron. Em 2018 foi apresentado pela Seas e pelo Inea um plano de adaptação climática do Rio de Janeiro. Teve a combinação do pessoal da COPPE a participação ativa das áreas internas do Inea e o Peron fala em fazer as conexões com as iniciativas que já existem. ou que já foram trabalhadas dentre da Seas ou do Inea é super importante, somam esforços. E fico muito feliz que essa agenda que está sendo tratada conversa com a agenda de risco climático. Então é uma agenda que precisa ser trabalhada no estado, tendo como uma ação super estratégica, se tem um plano de combate às mudanças climáticas, vai se ficar muito mais preparado para o dia que vier esses efeitos extremos, os eventos extremos climáticos. Então, gostaria de perguntar como está a conexão entre este projeto e o plano de adaptação do estado e o trabalho que foi feito de levantar as vulnerabilidades climáticas e se esse trabalho que vai ser desenvolvido agora vai levar em consideração os cenários do IPCC, os cenários públicos, do que vai acontecer com as questões climáticas que vão definir a questão de susceptibilidade também em relação a questão climática. Estou aqui com uma apresentação do plano de adaptação que foi feito e uma das áreas era a questão de drenagem urbana e as ações seriam a aplicação do índice de susceptibilidade do meio físico das inundações do Estado do Rio, realização de análise qualitativa dos processos de formações para identificar áreas críticas em todo o estado, mapeamento do perigo atual ações em áreas piloto e elaboração do prognóstico para avaliação dos possíveis feitos da mudança climática nos sistemas de drenagem. Essas já eram as ações previstas pela Seas e pelo Inea em 2018 quando foi entre esse relatório e, então queria saber como é essa conexão com este projeto que está sendo apresentado hoje, conclui a Conselheira Andrea. A gerente Larissa responde que essa metodologia de mapeamento de susceptibilidade ela é exatamente isso é aproveitar com o que se tem de estudo e aproveitar a melhor informação que tiver disponível. Então com certeza tudo que se tem disponível até hoje é aproveitado para poder criar os índices indicadores e poder priorizar essas áreas da ocorrência de inundações. Não tem como não se relacionar com os efeitos da mudança climática porque sabe que acaba que os eventos vão ser cada vez mais intensos e quando pensa em inundação e num evento mais intenso se pensa se não tiver o cuidado de mais pessoas afetadas. Então com certeza é previsto sim que use tudo que tem disponível para a realização desse mapeamento. O Presidente agrade e passa para o Conselheiro Leonardo, que diz que não tem nada a acrescentar, O Conselheiro Helan só complementando o que Conselheiro Peron falou, este projeto vai conversar com outros que já existiam e já forma financiados pelo Fecam, lembrando esse que o Peron citou que foi pela pelo DRM em 2019, que era um projeto voltado para a questão de escorregamento de área de risco, Seria interessante se conversasse também sobre isso. Outro informe que vou dar é que faço do CBH, sou Conselheiro, e lá também está falando sobre mapeamento de modelagens sobre essa mesma temática. Acho interessante que depois procurasse ver esses projetos para eles conversarem O CBH está atuando também nessas áreas de risco e alagamento e tem projeto sendo aprovado sobre isso. Com certeza diz a Gerente Larissa, que acompanha os projetos do CBH aqui do Estado com certeza a ideia é realmente usar tudo que tem disponível. No CPRM também tem um levantamento de todos esses mapeamentos, com certezas vão ser consideradas na elaboração desse mapeamento. Inclusive, Larissa, continua o Conselheiro Helan, um projeto que o João citou, o projeto Iguaçu que ficou pelo caminho mas deve ter produzido muito conteúdo e muitas coisas que foram feitas e que podem ser aproveitadas. O

Presidente agradece e inicia a votação do projeto que é aprovado por todos os Conselheiros. Passando para o **item III que é a complementação do projeto Baía sem Lixo no valor de R$ 1.716.806,10.** O gerente João inicia dizendo que esse contrato de ecobarreiras é um contrato antigo que a Dirram tem que foi executado parcialmente e agora está pedindo está complementação para a continuidade. As ecobarreiras são de mitigação e hoje uma estratégia de intervenção bastante bem avaliada por vários setores até dentro da academia, o próprio Ministério Público, em várias audiências que a Dirram participa sempre deixando claro que embora seja uma estratégia que vai atacar a ponto do problema, que é na verdade a chegada desse lixo nos principais corpos hídricos, como se tem no complexo lagunar de Jacarepaguá, nesse caso da báia de Guanabara é super importante. Então, a Dirram vem executando bastante êxito já algum tempo como uma logística que a Dirram desenvolveu ao longo, especialmente a gerência de obras e manutenção desenvolveu ao longo desses anos. Então, as ecobarreiras previstas na baía de Guanabara na maioria delas executadas em operação elas formam esse arco de proteção para a chegada de volumes consideráveis de resíduos sólidos, gigogas e lixo flutuante. Elas variam muito a quantidade de lixo de cada uma que feita de uma forma integrada consegue ter uma eficiência muito grande. A empresa que foi contratada e que vem desenvolvendo foi aprendendo a lidar com a questão da maré, a questão das cheias onde tem os rios de maior contribuição e maior vazão, que tem a entrada de lixo bastante elevada. Desde agosto de 2015 a Dirram fez um investimento de 25 milhões e foi retirada quase 20 mil toneladas de lixo, resíduo flutuante. Nos últimos anos isso vem caindo justamente pela questão da execução do contrato que teve intermitências e está se procurando desde que começou esta gestão a sanar todos os problemas que vinham dificultando a operação para colocar a ecobarreira em pleno funcionamento. Hoje a ecobarreira é reconhecida como uma estratégia fundamental. Esse recurso é a complementação para mais 6 meses de contrato. O Presidente coloca se aprova os recursos para mais 6 meses. O Conselheiro Peron diz que é inegável a provação do projeto e se entende perfeitamente desde q início que não era uma solução definitiva até porque está falando no final da linha, o problema está bem antes, mas diante deste cenário, o cenário que se tem é um paliativo funcional que se entende como necessário é só uma ressalva sobre a oportunidade do projeto para mais 6 meses para ser operado, já adianto que a Firjan concorda, ela entende como sim temos que complementar esse recurso, mas numa oportunidade não sei se para os próximos 6 meses mas para um capítulo 2 , um projeto 2.0 uma oportunidade de uma cooperação conjunta com cooperativas principalmente para coleta e destinação do material reciclado, isso dá perfeitamente, alinhado com a agenda que a Ana Asti trouxe de desenvolvimento sustentável e uma ação complementar com a educação ambiental principalmente com a divulgação dos resultados e de sensibilização da população com o resultado desse trabalho que foi feito deste 2015 com as ecobarreiras. Desde já indico pela aprovação dessa complementação. O Presidente lembra que já tem um movimento interno de cruzamento entre, principalmente os projetos de ecobarreira com o Limpa Rio com os outros dois projetos da Seas que é o Ambiente Jovem e o trabalho que a Ana está fazendo com o catadores, que se está focado na mudança da resolução 029 mais já tem uma tratativa em relação a isso sim, então a parte de comunicação sim, contando com o apoio de todos os Conselheiros depois colocar numa cara de comunicação para o público final melhor, e mostrar que com esses resultados se começa a conscientizar as pessoas da importância de não se jogar lixo no rio. O Presidente passa a palavra para o Conselheiro Leonardo que diz que é suspeito de falar sobre a ecobareira já que estava presente na construção das primeiras 3 ecobarreiras chegando a escrever artigo sobre isso, Mas só fiquei curioso com um dado que se tem uma queda muito significativa no volume de lixo que as ecobarreiras conseguiram. Porque estou falando isso porque o custo da tonelada está em 1.200 reais a tonelada, imagino que seja alto. Só gostaria de entender o que aconteceu por que caiu o volume de lixo que poderia ser algo bom, a ecobarreira tem um custo alto e depois vai ter um custo variável certamente menor. Mas só para entender como funciona, para tentar diminuir custo. A segunda pergunta é esse contrato das ecobarreiras é um TAC, um

contrato normal, imagino que seja um contrato que está acabando, e aí vem a pergunta, já está se pensando em fazer um outro contrato, como está a questão contratual? Só para saber o que está acontecendo, porque se tiver que ser um novo contrato, nova licitação, até para ser preparado do ponto de vista do Fecam, para ter os recursos disponíveis para isso, que é um projeto que não pode parar de forma alguma. O Gerente João responde eu não tem os dados mais precisos com relação ao funcionamento de cada ecobarreira, mas de qualquer a Dirram já tem uma licitação a caminho que está em processo jurídico um pouco complicado, porque houve um questionamento do Tribunal e se está ainda nesse embrolho jurídico para viabilizar a próxima contratação. E aí ainda tem algumas questões operacionais em função da própria condição do contrato, algumas ecobarreiras se tornaram mais eficientes e outras não e também algumas pequenas intermitências de contrato, paralizações. E não teria como passar o cronograma, possa pegar com a GEROSMA e depois passar essa informação na próxima reunião ou por email se existir interesse, mas de qualquer forma a forma de operar essa ecobarreira foi aprimorando ao longo dos anos e hoje existe uma eficiência também maior, Acredito que essa eficiência vai refletir no próximo contrato. O Presidente explica que O cCarlos vai preparar as resposta e serão encaminhadas via email, pode ser? O Conselheiro Leonardo concorda, dizendo que o projeto está aprovado e também pelos demais Conselheiros. **IV - ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo tratar, o Presidente agradeceu a todos a participação, e o Conselheiro Helan solicita, na oportunidade que sejam encaminhados os powerpoint que foram mostrados na reunião. O Presidente pergunta se no mesmo email sobre as explicações que serão encaminhadas ao Conselheiro Leonardo constará também o seu pedido. O Conselheiro Helan concorda. O Presidente e deu por encerrada a reunião.

PHILIPE CAMPELLO COSTA BRONDI DA SILVA
Vice-Presidente do Conselho

LEONARDO LOBO PIRES
Represente da Fazenda

JORGE PERON
Representante da FIRJAN

HELAN NOGUEIRA DA SILVA
Representante da APEDEMA